

ATA REFERENTE À 258ª REUNIÃO ORDINÁRIA
DO CONSELHO MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO
URBANO E MEIO AMBIENTE – CONPLAM.

1 Aos treze dias do mês de junho do ano de dois mil e dezessete, reuniu-se no auditório
2 da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo - SEMURB, situado na Rua
3 Joaquim Alves, 1976 A – Lagoa Nova, o Conselho Municipal de Planejamento Urbano
4 e Meio Ambiente - CONPLAM, na 258ª Reunião Ordinária do colegiado, sob a
5 presidência da Senhora Maria Virgínia Ferreira Lopes. Presentes os conselheiros:
6 Raimundo Nonato Mota e Ricardo Carlos Carvalho, respectivamente, Titular e Suplente
7 da Aeronáutica, Werner Farkatt Tabosa, Titular da AGERN, Milton França Júnior,
8 Titular da FECEB, José Anibal Mesquita Barbalho, Titular da Fecomercio, Ana Adalgisa
9 Dias Paulino e Larissa Dantas Gentile, respectivamente, Titular e Suplente da FIERN,
10 José Dixon Batista Palhano Galvão, Suplente do Governo do Estado, Sophia Meirelles
11 da Motta Fernandes e Rosa Maria Pinheiro de Oliveira, respectivamente, Titular e
12 Suplente do IAB, Rodolfo Guerreiro da Cunha Magalhães, Titular da OAB, Manoel
13 Matias Filho e Keila Brandão Cavalcanti, respectivamente, Titular e Suplente do
14 Sindicato dos Sociólogos do RN, Ruth Maria da Costa Ataíde, Titular da UFRN. A
15 presidente, Maria Virgínia Ferreira Lopes, abre a sessão da 258ª reunião ordinária, faz
16 a leitura da pauta, convoca os conselheiros para tomarem posse: Ricardo Carlos
17 Carvalho e o Senhor Raimundo Nonato Mota, respectivamente, Titular e Suplente da
18 Aeronáutica, o Senhor José Anibal Mesquita Barbalho, representante Titular da
19 Fecomercio e a Senhora Larissa Dantas Gentile, representante suplente da FIERN.
20 Logo em seguida houve a aprovação das 213ª e 214ª Atas Extraordinárias e a
21 convocação do senhor Manoel Matias para fazer a apresentação do parecer sobre o
22 Uso dos Espaços Públicos, processo de número 00000.011354/2015-86, contendo
23 Projeto de Lei da Procuradoria Geral do Município, que “Dispõe sobre regras para o
24 uso e ocupação de espaços públicos para fins de realização de eventos diversos de
25 curta duração, instalação de sinalização de vias e logradouros públicos, prestação de
26 serviços e exercício de atividade econômica, mediante os instrumentos da autorização,
27 permissão e concessão e dá outras providências”. Inicialmente foi apresentado alguns
28 cuidados a serem tomados: Entender a questão social, “Ao se perceber uma função
29 social nas atividades econômicas informais que têm lugar na cidade, pode-se dedicar a
30 ela um melhor tratamento e o administrador desempenhar melhor o papel que possui.
31 Compreendido o fenômeno desta forma, muda-se o enfoque de movimento marginal
32 que precisa ser combatido, para movimento cultural que precisa de uma coordenação.”
33 Cadastramento e identificação dos envolvidos,” Com base na classificação dos tipos
34 interessados ou submetidos à regulação municipal, deve o Projeto de Lei criar
35 parâmetros para o cadastramento que vise conter não simplesmente os dados de
36 praxe, mas crie uma situação de possível favorecimento ao pequeno contribuinte e de
37 uma possível relação produtiva com o poder público.” Orientação aos interessados,
38 “Recomendável é ainda uma campanha publicitária em jornais e radio-difusoras que se
39 dirijam especialmente aos interessados diretos e convença a todos da estabilidade e da
40 tranquilidade que as regras jurídicas finalmente hão de trazer para eles.” Dando
41 continuidade foi apresentado um exame da Minuta, quanto a estrutura em que foram



42 sugeridos algumas melhorias na sua estruturação, observações gerais quanto ao texto
43 jurídico, o que falta no conteúdo,” Algumas formas importantes de utilização dos
44 espaços públicos, infelizmente, não se encontram disciplinadas com exatidão no
45 Projeto de Lei, frustrando quem espera uma norma que especifique e alcance as
46 hipóteses a ela condicionadas.” O conselheiro Manoel Matias Filho segue com a
47 apresentação, em que foram feitas algumas observações específicas no Título I, II, III e
48 IV, deixam apontadas algumas recomendações pela Câmara de Normatização:
49 necessidade de melhor especificação das atividades nela compreendidas, menção à
50 norma pré existente e a necessidade de complementação do regramento ausente. Na
51 preparação desse parecer existiram contribuições de diversos órgãos: ABRASEL-RN,
52 SEBRAE-RN, FECOMERCIO-RN. “Em conclusão, o Conselho de Planejamento
53 Urbano e Meio Ambiente de Natal, por meio de sua Câmara de Normatização, encontra
54 nessa iniciativa de lei, potencialmente, a oportunidade de lançar uma política de
55 interesse público mais ampla, na qual sejam estabelecidos os princípios e traçadas as
56 diretrizes para uso e ocupação de áreas disponíveis, capazes de harmonizar melhor os
57 interesses em conflito. Não aproveitada essa oportunidade, *máxima vênia*, seguirá em
58 tramitação natural um texto metade explicativo, metade punitivo. Se aprimorado a
59 tempo pelo Executivo Municipal ou reformado alhures no âmbito Legislativo, quiçá,
60 possa a lei conciliar o desenvolvimento ordenado da cidade com a feliz geração de
61 renda, nos espaços consentidos”. Ao final da apresentação do parecer iniciou-se uma
62 discussão sobre o assunto apresentado em que ficou entendido por todos que o tema é
63 complexo, sendo necessário o máximo de informações, com novas contribuições para
64 que seja feito uma revisão da matéria para que seja finalizado o parecer, dessa forma,
65 a Presidente, Maria Virgínia Ferreira Lopes pediu vistas do processo apresentado de
66 número 00000.011354/2015-86. Ao final da reunião houve a apresentação da Proposta
67 Orçamentária e Aplicação dos Recursos do FURB e FUNAM de 2017 e também a
68 distribuição da prestação de conta de 2016 pela senhora Maria Virgínia Ferreira Lopes.
69 Concluídos os trabalhos a Presidente agradeceu a presença de todos, e nada mais
70 havendo a declarar deu por encerrada a 258ª Reunião Ordinária e para constar eu,
71 Luciana Araújo, Secretária Executiva do colegiado, lavrei a presente Ata que lida e
72 aprovada vai assinada por mim e pelos presentes, em 11 de Outubro de 2017.



Luciana Araújo
Secretária Executiva



Maria Virgínia Ferreira Lopes
Presidente

PRESENTES:



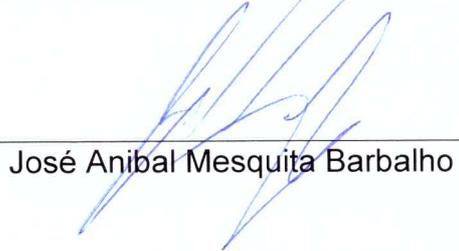
Ricardo Carlos Carvalho



Raimundo Nonato Mota


Werner Farkatt Tabosa

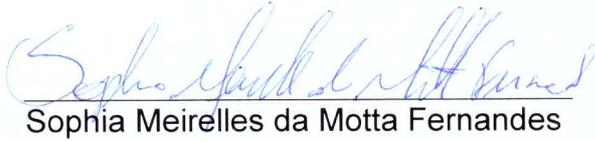
Milton França Júnior


José Anibal Mesquita Barbalho


Ana Adalgisa Dias Paulino


Larissa Dantas Gentile


José Dixon Batista Palhano Galvão


Sophia Meirelles da Motta Fernandes


Rosa Maria Pinheiro de Oliveira


Manoel Matias Filho


Rodolfo Guerreiro da Cunha Magalhães


Ruth Maria da Costa Ataíde